

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO

**Análise da percepção sócio-ambiental dos moradores do entorno quanto
à criação do Parque Morro São Pedro**

Ana Paula Ribeiro

Porto Alegre, dezembro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE GRADUAÇÃO

**Análise da percepção sócio-ambiental dos moradores do entorno quanto
à criação do Parque Morro São Pedro**

Ana Paula Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso
para a obtenção do grau de
Bacharel em Geografia pela
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de
Geociências, Departamento de
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Porto Alegre, dezembro de 2010.

%O futuro não é feito apenas de tendências, mas de tendências e de vontade.+
Milton Santos.

Ribeiro, Ana Paula

Análise da percepção sócio-ambiental dos moradores do entorno quanto à criação do Parque Morro São Pedro. / Ana Paula Ribeiro - Porto Alegre : UFRGS, 2010.

[63 f.] il.

Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. .
Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2010.

Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

1. Geografia. 2. Percepção Ambiental. 3. Atores Sociais.
4. Conflitos.
I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha caminhada, em determinados momentos, recorro de pessoas que foram marcantes. Nessa perspectiva, agradeço a todas com as quais pude ter algum contato durante minha trajetória de vida pela contribuição que oportunizaram para o meu crescimento.

Ao Paulo Soares, querido Paulinho, pela orientação, perspicácia, disposição, parceria, bom humor, conhecimento compartilhado, incentivo, amizade, os quais fizeram a diferença para a conclusão desse esquecido (na minha cabeça) material.

À Nina, pela compreensão e desprendimento no momento de conseguir perceber o meu perfil de atuação e pensamento.

À Dirce e Rosa, minhas queridas orientadoras, nos respectivos laboratórios, dos quais fiz parte durante minha trajetória acadêmica: NEGA (Núcleo de Estudos Geografia & Ambiente) e LABES (Laboratório de Espaço Social), as quais disponibilizaram suas casas e finais de semana para realização de atividades.

Ao Nelson Gruber, parceiro e amigo quando migrei para a Geografia.

Ao Nelson Rego, pelo incentivo em momentos de dúvidas quanto à continuidade na Geografia.

Ao Roberto Verdum, pela contribuição, apoio e disponibilidade quando me deparei com o obscuro mercado de trabalho.

À Vanda Ueda (in memoriam), muito mais que professora, minha querida amiga e confidente. Vejo no Paulinho a sua figura.

A todos os professores do curso de Geografia e dos cursos das unidades de formação complementar, pelo conhecimento agregado.

Aos meus colegas e amigos do tempo de laboratório: Vanessa, Édson, Josi, Dilermando, Evelin, Patrícia, Carina, Cristiano, pelas risadas e parcerias.

Aos meus queridos colegas de curso de Geografia 2003/1, que vivenciaram muitos momentos de construção acadêmica e de vida pessoal. Agradeço às risadas, às festas, às saídas de campo, o ombro amigo...

Aos meus queridos colegas e amigos Laurie, Carla Hirt, Márcia Santos, Márcia Berreta e Marcos Paulo, pela amizade, ajuda, conversas e encaminhamentos durante esse trabalho.

À Maria Carmen e Soraya, tornaram-se amigas através da causa do Morro. Agradeço toda ajuda e contribuição.

Ao Felipe Viana e Gilson, também tornaram-se amigos e parceiros através da causa do Morro. Agradeço todo empenho e tempo dedicados.

Aos moradores, que dedicaram seu tempo e contribuíram para a realização desse trabalho.

Ao gabinete dos Srs. Todeschini e Comasseto, os quais prestaram informações e solicitude quanto ao trabalho.

Aos órgãos municipais, e aos seus técnicos, SMAM e DMAE, os quais prestaram as informações necessárias para o desenvolvimento desse trabalho.

Ao Grupamento de Polícia Militar Aéreo da Brigada Militar, em especial, Major Carlos A. L. Silvestre, o qual encaminhou muito gentilmente minha solicitação de sobrevôo na área de estudos.

Ao Colégio de Aplicação, pela formação questionadora, a qual construiu positivamente para o meu perfil.

Às minhas colegas de Aplicação, em especial Mariana Kruse e Luanda Dutra, as quais vivenciaram comigo momentos difíceis, mas também de alegrias.

À minha família querida, que aprendeu a me compreender e hoje aceita o meu ritmo de ser.

A todos os que compreendem a vida como o espaço para formação e transformação dos atores nos diferentes cenários.

SUMÁRIO

Lista de figuras e lista de quadros	7
Resumo	8
Resumen	9
Introdução	10
Caracterização Socioambiental do Morro São Pedro	16
Programa Integrado Socioambiental (PISA)	27
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA)	27
Referencial Teórico	33
1.1 Representações Sociais	34
1.2 Educação Ambiental	35
1.3 Atores e conflitos ambientais	38
1.4 As diferentes territorialidades	41
2. Procedimentos Metodológicos	42
2.1 Saídas de Campos	42
2.2 Entrevistas	42
3. Resultados	45
3.1 Secretaria Municipal do Meio Ambiente . SMAM . PMPA	45
3.2 Moradores dos Bairros Lageado, Lami, Lomba do Pinheiro, Restinga e Poder Público	47
3.3 Matriz de conflitos	49
4. Referências bibliográficas	55
4.1 Leis e Decretos Legais	59
4.2 Sites Consultados em 2009	62
5. Anexos	63
5.1 Entrevistas	63
5.1.1 Entrevista ao morador	63
5.1.2 Entrevista ao poder público	64

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Mapa de localização geográfica da área de estudos	26
Figura 2 - Mapa de Macrozonas do PDDUA	29
Figura 3 - Área vermelha indica maior ocupação	31
Figura 4 - Área de uso e ocupação do Extremo Sul de Porto Alegre	31
Quadro 1 - Divisão territorial e zoneamento de usos, conforme o PDDUA (IPH-UFRGS)	28
Quadro 2 - Matriz de Conflitos	42
Foto 1: Nascente	17
Foto 2: Vista aérea dos terreno de grandes propriedades	18
Foto 3: Vista aérea da face melhor preservada	18
Foto 4: Caminhada na face do Bairro Restinga	19
Foto 5: Vista do topo do morro. Bairro Lageado	19
Foto 6: Caminhada na face do Bairro Lageado. Presença de Bugios	20
Foto 7: Caminhada na face do Bairro Lageado.	21
Foto 8: Flora. Bairro Lageado	21
Foto 9: Plantação de uva e criação de ovelhas	22
Foto 10: Vista da área melhor preservada. Plantio de hortaliças	22
Foto 11: Vista aérea das plantações	23
Foto 12: Vista aérea da ocupação subindo o morro. Face B. Restinga	23
Foto 13: Vista da área melhor preservada. Extração de saibro desativada	24
Foto 14: Caminhada na face do Bairro Restinga	24

Resumo

Este trabalho de graduação consiste em um estudo da questão ambiental associada aos usos do espaço urbano. Pretende analisar a percepção ambiental dos moradores do entorno quanto à criação da Unidade de Conservação Morro São Pedro, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul . Brasil, identificando os possíveis conflitos frente à criação desta unidade e apresentar a importância da gestão integrada e participativa como ação eficaz no processo social.

A cidade apresenta urbanização crescente para a zona sul devido à saturação das outras áreas. A busca por financiamentos e preservação de áreas vitais desencadeou no desenvolvimento do PISA. Esse programa visa à criação de uma unidade de tratamento de esgoto que atenda a zona central e parte da zona norte, deslocando esses dejetos para a zona sul da cidade. Como medida compensatória haverá a criação do Parque Morro São Pedro. A importância da implantação da unidade é a de preservar as nascentes dos Arroios Salso e Lami, além da presença dos campos rochosos e matas que preservam espécies endêmicas, raras, protegidas por lei e/ou ameaçadas de extinção.

O resultado desse trabalho deu-se na espacialização dos conflitos identificados através de uma matriz. Nela são apresentados os atores sociais envolvidos na problemática em questão, suas respectivas percepções e reivindicações frente ao contexto atual.

Palavras chave: Percepção Ambiental . Atores Sociais . Conflito

Resumen

Este trabajo de graduación es un estudio de la cuestión ambiental asociada con el uso del espacio urbano. Tiene la intención de analizar la percepción del medio ambiente de los residentes circundantes en relación con la creación de la Unidad de Conservación Morro de São Pedro en Porto Alegre, estado de Rio Grande do Sul - Brasil, identificando los posibles conflictos que enfrenta la creación de esta unidad y mostrar la importancia de una gestión integrada y participativa de gestión como acción eficaz en el proceso social.

El cerro presenta la urbanización cada vez mayor al sur de la ciudad debido a la saturación de otras zonas. La búsqueda de financiación y preservación de áreas vitales ha motivado la creación del PISA. Este programa tiene como objetivo crear una unidad de tratamiento de aguas residuales que sirve la zona central y parte de la zona norte, moviendo los residuos a la zona sur de la ciudad. A cambio, tendrá lugar la creación del Parque Ambiental Cerro de San Pedro. La importancia de la implementación de la unidad es la de preservar las nacientes de los Arroyos Salso y Lami, además de la presencia de campos rocosos y bosques que conservan especies endémicas, raras, protegidas por la ley y / o en peligro de extinción.

El resultado de este trabajo producido en la distribución espacial de los conflictos identificados a través de una matriz. Se muestra a los actores involucrados en el tema en cuestión, sus percepciones y demandas contra el actual contexto.

Palabras clave: Percepción Ambiental - Actores Sociales - Conflicto

Introdução

Este trabalho procura analisar a percepção sócio-ambiental dos moradores do entorno quanto à criação do Parque Morro São Pedro. Para tanto, investiga-se a atualização das informações a respeito do Programa Integrado Socioambiental (2003), tendo em vista as alterações sofridas nos últimos anos.

O município de Porto Alegre, em sua extensão territorial, apresenta aproximadamente 3% (dos 10% recomendados no IV Congresso de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em Caracas, Venezuela - 1992), como área de preservação. Inseridos nesses números estão o Parque Saint´Hilaire com 1180 ha, o Parque Morro do Osso com 114 ha e a Reserva Biológica do Lami com 177 ha (DUARTE & LIESENFELD, 2003)¹.

Historicamente, no panorama mundial e local, percebe-se a implementação das primeiras unidades de conservação criadas pelo poder público: Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872; o Parque Nacional de Itatiaia, no Brasil, em 1937; e o Parque Estadual do Turvo, no Rio Grande do Sul, em 1947(2003).

A institucionalização, por parte do poder público, de áreas de preservação ambiental é de fundamental importância para a manutenção do patrimônio verde da cidade. O programa de gestão urbana, o qual abrange a legislação ambiental federal e estadual, incluindo o PDDUA e o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), atualmente não se desenvolve no mesmo ritmo acelerado da expansão urbana.

O tipo de unidade de conservação a ser criado deve estar de acordo com a realidade, de forma que o bem natural se mantenha preservado e a população local esteja assistida pelo governo nas modificações e melhorias necessárias à implantação da mesma.

No caso do Morro São Pedro existem propostas de criação de Reserva Particular de Proteção ao Ambiente Natural (RPPN), por parte dos moradores, mas ainda se está na busca de viabilidade legal junto ao poder público. Ainda, há a proposta de criação da unidade de conservação de Proteção Integral

¹ Segundo informações retiradas do Projeto da Unidade de Conservação de Proteção Integral do Morro São Pedro (2003) no Rio Grande do Sul existem atualmente 10 unidades de conservação federais (414.175,08ha), 21 estaduais (465.186,69ha) e um grande número de pequenas unidades municipais.

categoria Parque Natural Municipal para a região. Essa proposta apresenta, dentre outros critérios, os de delimitação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual determina a proteção de cursos d'água e nascentes de interesse do município. A bacia hidrográfica apresenta uma rica biodiversidade, e por isso, serve como critério de delimitação, além de ter a necessidade de ser adequada à realidade fundiária local.

Segundo Oliveira (2005), o Morro São Pedro caracteriza-se por ser uma área de grande conflito urbano sobre o ambiente. Dos diversos estudos realizados no local, os de maior repercussão junto à comunidade local foram o Programa Integrado Socioambiental (PISA, 2003) e a Audiência Pública realizada em junho de 2004. Oliveira (2005) nos diz ainda:

O Programa Integrado Socioambiental (2003) teve sua origem nas discussões do III Congresso da Cidade realizado no ano de 2000, que elegeu o tratamento de esgoto como tema da década. Este programa foi coordenado pelo Departamento de Água e Esgoto de Porto Alegre (DMAE), com a participação de vários departamentos e secretarias municipais, bem como pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação Zoobontânica do Rio Grande do Sul. (Oliveira, 2005. P.60)

Ainda, segundo Oliveira (2005), o PISA promoverá ações integradas em três eixos:

1) Qualidade dos cursos d'água a partir da ampliação do sistema de tratamento de esgoto de Porto Alegre através da implantação de emissários para captação de esgoto sanitário (Ponta da Cadeia, Cavalhada, Restinga e sistema de tratamento de esgoto Complexo da Serraria);

2) Riscos de cheias, canalizando ou retificando o Arroio Cavalhada. Reassentar famílias que vivem em áreas de preservação ambiental, ou área de risco, ao longo dos Arroios Cavalhada e Passo Fundo, e na Vila dos Sargentos;

3) Gestão Ambiental: o projeto técnico e econômico foi apreciado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) para licenciamento ambiental, condição necessária para financiamento de órgãos internacionais.

A licença prévia (LP) foi emitida com recomendações de uma série de levantamentos e elaboração de projetos necessários para a emissão da licença de instalação (LI) (PISA, 2003).

Conforme Resolução 002/96 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre a reparação de danos causados na destruição

de florestas e ecossistemas, o licenciamento ambiental, fundamentado no EIA/RIMA, tem como requisito a criação de uma Unidade de Conservação, sendo que o investimento não deve ser inferior a 0,5% do total da obra. No mesmo sentido está a resolução 001/2000 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Assim, a licença prévia (LP) emitida pela Fundação de Proteção Ambiental (FEPAM) DL 031/2002 condiciona à criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral na área da nascente do Salso, localizado no Morro São Pedro (DUARTE & LIESENFELD, 2003).

Segundo Oliveira (2005) o trabalho de DUARTE & LIESENFELD (2003) contido no Programa Integrado Socioambiental (2003), estabelece a demarcação da futura Unidade de Conservação da Proteção Integral Morro São Pedro, aproximadamente 1511 ha, com estudos fundiários, da flora e da fauna. Esta delimitação inclui uma área prioritária que seria adquirida pela Prefeitura Municipal (250 ha), compreendendo as nascentes dos Arroios do Salso e Lami, e o restante seria transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Este trabalho, até o momento, encontra-se apenas com a implementação das etapas iniciais de realocação de pessoas junto ao Arroio Cavahada e ainda em fase de reelaboração da proposta para a criação da Unidade de Conservação e Proteção Integral do Morro São Pedro.

Outro evento recente, que teve repercussão na comunidade local, foi a Audiência Pública, realizada em junho de 2004, na qual o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) discutiu o gravame de áreas privadas, prevendo a futura criação do Parque do Morro São Pedro. Segundo Oliveira (2005) este evento levou à articulação dos proprietários do Morro São Pedro e a rejeição da proposta do Conselho, devido a argumentação por parte dos moradores de que tal proposta não havia sido discutida com a comunidade e principalmente com os proprietários da área, que a formatação da proposta não garantia a preservação do Morro, somente aumentava as restrições do uso do solo por parte dos proprietários e sua responsabilidade quanto à preservação.

As matas da região de Porto Alegre, e entre elas as do Morro São Pedro, foram durante anos exploradas de maneira ecologicamente inadequada, considerando aí, também, os tantos anos de devastação conseqüentes da colonização Ítalo-germânica iniciada no século XIX (REINTZ et al., 1988. In

PISA, 2003). Entre os fatores de degradação, que ainda hoje podem ser evidenciados (DUARTE e LIESENFELD, observações pessoais) citamos: a ocupação das encostas, o desmatamento, a retirada seletiva de madeiras nobres, a retirada clandestina de terra, as queimadas, a erosão, a colmatação dos cursos d'água, as obras de engenharia de topo, a exploração turística e a instalação de pedreiras e saibreiras.

Especialmente as matas que se encontram à beira do Lago Guaíba foram deletariamente exploradas durante o final do século XIX e o início do século XX. Fato este corroborado pela antiga existência de trapiches ao longo da orla, onde os barcos ancoravam para retirada incontinente de grandes volumes de lenha, principalmente as madeiras nobres e de grande valor energético, como Myrtaceae e Lauraceae. Investidas para o interior do continente eram também freqüentes (RAMBO, 1956).

Registros históricos indicam que na orla do Lago Guaíba, em meados de 1874, existiam mais de quatorze olarias e um incontável número de atafonas, sendo que o escoamento da produção de tijolos e subprodutos da mandioca se dava por uma estrada que cortava o Morro São Pedro, muito antes de existir o Bairro (OLIVEIRA 2005, apud PORTO ALEGRE . PM, 2000). Nesta região, onde atualmente estão localizados os bairros Ponta Grossa, Restinga e Belém Novo (incluindo, portanto, o Morro São Pedro) existiam imensas fazendas dos Espíndolas, dos Rochas, dos Vieira de Aguiar, que produziam cachaça e farinha de mandioca, a partir de imensas lavouras de cana-de-açúcar e mandioca (OLIVEIRA 2005, apud PORTO ALEGRE . PM, 2000)

A questão ambiental tem sido muito discutida em virtude das problemáticas que decorrem da falta de políticas de gestão integradas e eficazes. O processo de globalização tem justificado as práticas do modelo atual de desenvolvimento econômico através do modelo de desenvolvimento sustentável. Esse conceito nos reporta ao entendimento de que as partes integrantes do processo modelam o todo, destacando o uso sustentável e zoneamento. Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre pode-se entender por uso sustentável, a forma de apropriação e destino que são dados aos recursos naturais, e dessa maneira, zelar pela preservação e manter o equilíbrio econômico. Agregado a esse conceito, o de zoneamento descreve o uso de forma organizada,

setorizando a unidade de conservação, para que novamente se estabeleça o equilíbrio natural.

A importância deste trabalho dá-se pela contribuição para a definição do tipo de estrutura a ser criada nesse processo de uso de um espaço comum e de intensa preservação. Sendo assim, a categoria de unidade sugerida no Programa Socioambiental é a de Unidade de Proteção Integral, ou seja, a definição do SNUC para UC Proteção Integral, uso indireto, não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Tais categorias são: Parques Naturais, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Junto à definição da unidade de conservação a presença humana efetiva há pelo menos cinquenta anos caracteriza vínculo mais profundo com o território, ou seja, as pessoas criam vínculos de identidade com o lugar o que indica que deverá haver um processo articulado para sua inserção nesse ambiente local.

Para os preservacionistas conservar a biodiversidade significa a redução de futuras extinções, preservando processos vitais e um ecossistema equilibrado. Identificam como maiores desafios para a conservação da natureza problemas sociais como: superpopulação, desigualdades de poder e riqueza, exaustão de recursos naturais, corrupção, falta de leis. As pressões pelo crescimento econômico seriam a principal causa da destruição da natureza (CUNHA & GUERRA, 2007).

Já os conservacionistas dizem que os as comunidades locais, através de seus valores e práticas podem ser considerados como atores sociais e defensores dos recursos naturais da área protegida, através do manejo sustentado cruzando os interesses econômicos e a satisfação. Além disso, destacam o papel da sociedade civil como colaboradores junto aos órgãos governamentais na elaboração e execução de políticas e gestão ambiental. A participação deve ser pensada em todos os níveis, desde a etapa de formulação das políticas e estratégias de gestão até a implementação de projetos, deixando de ser função exclusiva do Estado, ainda que nessa construção se estabeleçam relações de cooperação e conflito entre Estado e atores não-estatais (CUNHA & GUERRA, 2007).

Segundo Castrogiovanni (2003), a paisagem é transtemporal porque une as formas-objeto do passado e do presente, construindo uma perspectiva

transversal. Já o espaço representa, numa construção horizontal, as ações da sociedade nas formas-objeto no momento presente. Os objetos não mudam de lugar, mas mudam de significado porque compõem um sistema de valores que se transforma constantemente. O espaço geográfico apresenta o valor e a função individual desse conjunto de mercadorias que a sociedade atribui a cada parcela da paisagem. Em suma, o conceito de paisagem é aqui entendido como sendo:

[...] não apenas como uma unidade visível do arranjo espacial que nossa visão alcança, mas que tem memória, que compreende e só é compreendida através do processo histórico, como a Paisagem tem um caráter social, pois é formada por movimentos impostos pelos grupos sociais através de seu trabalho, trocas informacionais, culturas e emoções (CASTROGIOVANNI, 2003, p. 46).+

Compreendendo essa interação na maneira com que o conjunto das relações e ações humanas acontecem é nítida a necessidade de se encontrar alternativas para os conflitos existentes no mesmo espaço, tendo em vista o convívio permanente dos diferentes atores na área.

A área de estudo em questão se apresenta num contexto de conflitos, considerando a realidade do meio natural e que o homem está inserido e interagindo nesse meio.

Partindo desse panorama, verificamos a importância da preservação dessa área para o município de Porto Alegre quanto à criação de uma unidade de conservação, do planejamento e gestão urbana.

O complexo de morros presente na área de estudos possui a presença expansionista dos moradores do bairro Restinga numa de suas faces. Noutra, possui os lotes de moradores com propriedade regular. E quanto ao topo do morro há a discussão para a criação da área de preservação devido à presença das bacias hidrográficas dos Arroios do Salso e Lami.

Um dos fatores relevantes dessa discussão é que a área do Morro São Pedro e entorno é a maior área ainda preservada da cidade de Porto Alegre. O valor e significado atribuídos pela sociedade, nesse espaço, a essa parcela da paisagem, representa a permanência preservada e interativa de um lugar no âmbito urbano.

A preocupação dá-se em virtude do aumento da urbanização em sentido à zona sul de Porto Alegre devido à saturação das outras áreas, principalmente o adensamento populacional no centro da cidade. Esses elevados índices impulsionaram a modificação e melhoria na gestão das políticas públicas. A busca de financiamentos e preservação de áreas vitais tornou-se uma parcela das prioridades, o que desencadeou no desenvolvimento do PISA. Esse programa apresenta dentro de seus objetivos a criação de mais uma unidade de tratamento de esgoto (ETE) que atenda a zona central e parte da zona norte, deslocando esses dejetos para a zona sul da cidade. Como medida compensatória haverá a criação da UC, sugerida até o momento, como Parque Morro São Pedro.

Com base neste contexto o objetivo principal do trabalho é identificar as diferentes percepções ambientais que os moradores do entorno possuem com relação à criação do Parque Morro São Pedro.

Além deste objetivo geral, tem-se como objetivos específicos:

- Compreender a criação do parque como medida compensatória do Programa Integrado Socioambiental;
- Identificar os possíveis conflitos frente à criação da unidade de conservação;
- Elaborar a matriz dos possíveis conflitos observados neste estudo.

Caracterização Sócio-ambiental do Morro São Pedro

A importância da implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral no Morro São Pedro é a preservação da área das nascentes dos Arroios Salso e Lami, ainda um dos últimos remanescentes de floresta preservada da região de Porto Alegre, além da região dos campos graníticos.

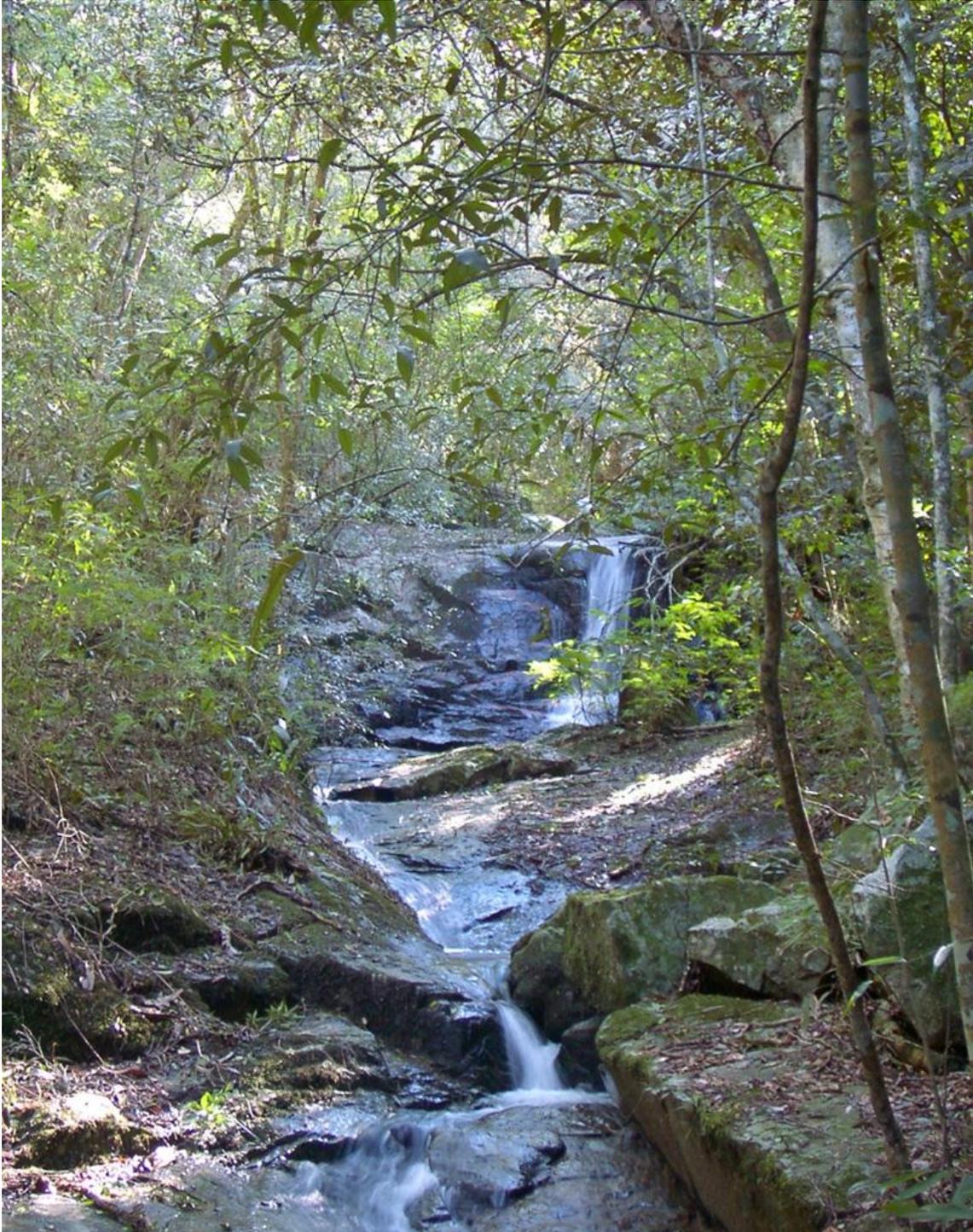


Foto 1: Nascente.



Foto 2: Vista aérea dos terreno de grandes propriedades.



Foto 3: Vista aérea da face melhor preservada.



Foto 4: Caminhada na face do Bairro Restinga.



Foto 5: Vista do topo do morro. Bairro Lageado.

O morro São Pedro abriga área de nascentes, matas e campos, que preservam espécies endêmicas, raras, protegidas por lei e/ou ameaçadas de extinção. Constitui a maior extensão de florestas do município de Porto Alegre compondo 1259 ha em mosaico de campo floresta, sendo 692,7 ha (55%) de floresta nativa e 440,8 ha (35%) de campo nativo, apresentando 1819,2 ha de continuidade de mata com as Quirinas, e possui altitude de 289 metros (Güntzel et al., 1994). Como parte do patrimônio natural configura a necessidade de sua permanência para as futuras gerações. Apresenta os diferentes usos, como cultivo de hortaliças, frutas, criação de animais, extração de saibro desativada e ocupação subindo o morro na face do Bairro Restinga.



Foto 6: Caminhada face do Bairro Lageado: presença de bugios ao fundo.



Foto 7: Caminhada na face do Bairro Lageado.



Foto 8: Flora. Bairro Lageado.



Foto 9: Plantação de uva e criação de ovelhas.



Foto 10: Vista da área melhor preservada. Plantio de hortaliças.



Foto 11: Vista aérea das plantações.



Foto 12: Vista aérea da ocupação subindo o morro. Face Bairro Restinga.



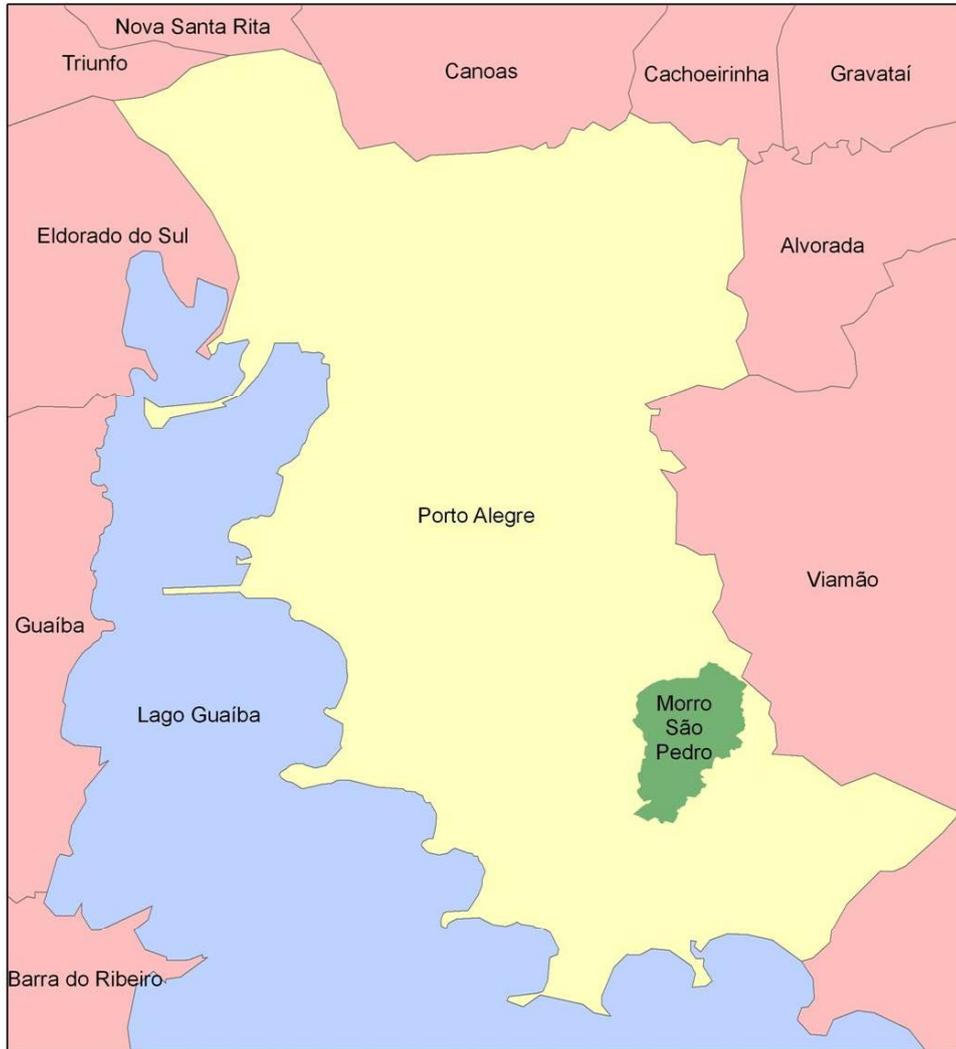
Foto 13: Vista da área melhor preservada. Extração de saibro desativada.



Foto 14: Caminhada na face do Bairro Restinga.

Através dessa pesquisa buscamos identificar a percepção sócio-ambiental da população em relação à criação do parque cujo conhecimento torna-se importante para a construção do saber/conhecer a gestão participativa. A preservação do construído poderá ser concreta a partir da ação desses atores como agentes multiplicadores, como por exemplo, no fazer Educação Ambiental.

Morro São Pedro Porto Alegre, RS, Brasil



Mapa de Localização – Morro São Pedro (Porto Alegre, RS, Brasil)		
Base cartográfica Fonte: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul		
Informações Geográficas Projeção Universal Transversa de Mercator Datum Horizontal: SAD69 Fuso 22 S		Data: Dezembro / 2009
Escala Gráfica 	Escala Numérica 1:270,000	

Figura 1: Mapa de localização geográfica e delimitação da área de estudo.

Programa Integrado Sócio-ambiental (PISA)

Conforme material disponibilizado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), o PISA caracteriza-se por ser um o programa que tem como objetivo geral contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do Município de Porto Alegre através da promoção do acesso aos serviços de saneamento básico e da melhoria das condições ambientais da cidade.

Como objetivos específicos, o Projeto pretende buscar a melhoria da qualidade da água do Lago Guaíba, a redução dos riscos de inundação na área do Arroio Cavalhada, a redução das áreas de risco ambiental e melhoria da qualidade ambiental urbana.

Para tanto, o Projeto conta com quatro componentes no contexto de gestão e proteção ambiental: mapeamento das áreas de risco; proteção de nascentes de cursos de água; programa de educação ambiental; programa de proteção ambiental e de conservação da fauna silvestre; investimentos de caráter físico na ampliação das áreas de conservação da cidade de Porto Alegre e medidas compensatórias dos impactos ambientais das obras do Programa.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA)

Segundo SENA (1999), a Constituição Federal de 1988, no inciso IX, do artigo 21, atribui competência à união para ~~elaborar~~ e executar planos nacionais e regionais de ordenamento do território e de desenvolvimento econômico e social+. Portanto, zonear consiste em dividir o território em parcelas, nas quais se autorizam determinados usos e atividades e se interditam outras, sendo vários os tipos de zoneamento ambiental que vêm sendo implantados. Outro aspecto importante do zoneamento ambiental é o zoneamento urbano, de conformidade com o artigo 1º da Lei nº6.803, de 2 de Julho de 1980, que dispõe das diretrizes básicas, onde este deverá compatibilizar as atividades industriais com a proteção ambiental.

Ainda relativamente à Constituição Federal, o artigo 23, IV, estabelece que a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição são responsabilidade

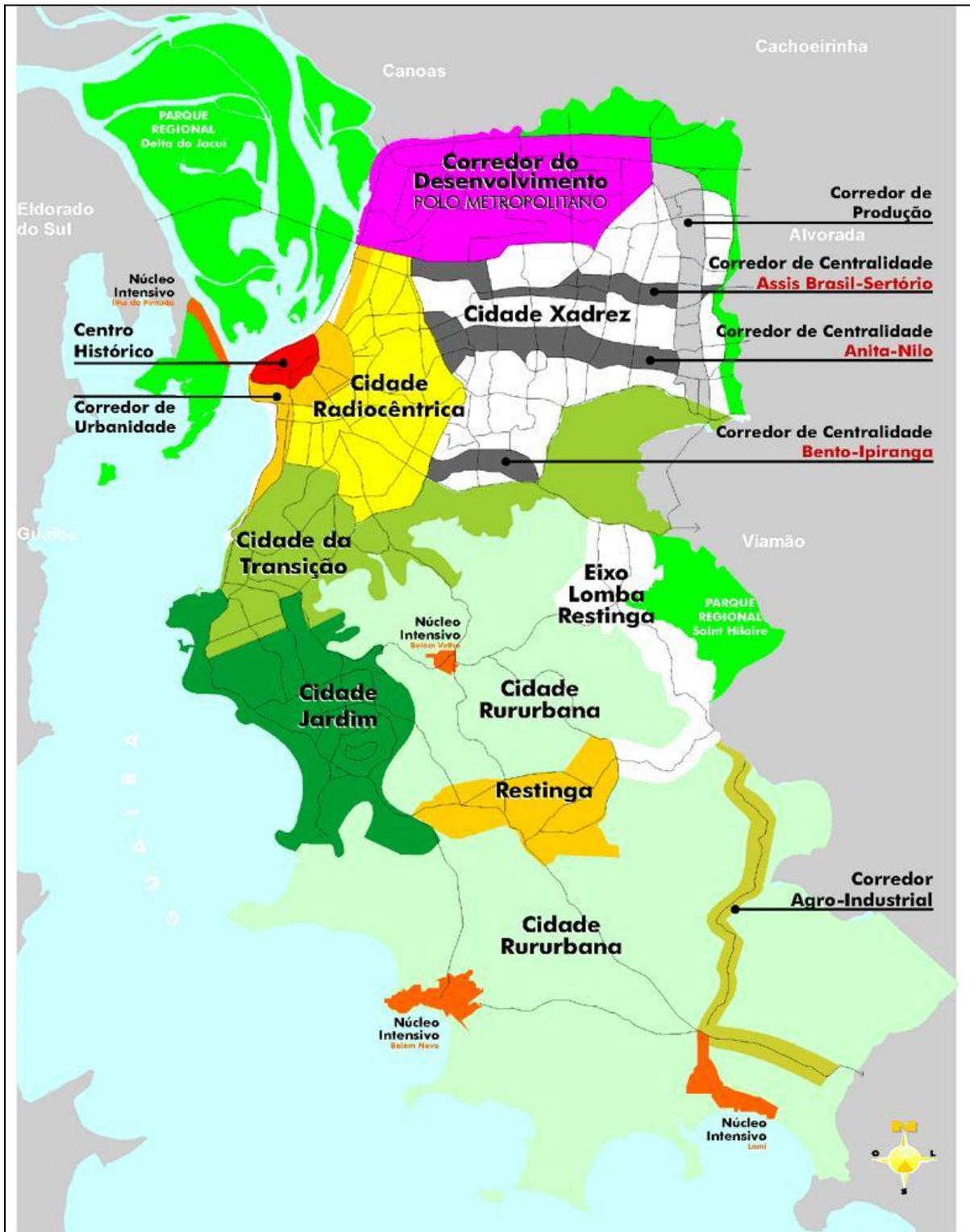
conjunta da União, dos Estados e dos Municípios, e é de uma atuação adequada e responsável do Poder Público que deverá resultar a conscientização ecológica da população.

Segundo a Lei Complementar 434/99 do PDDUA o Programa de Desenvolvimento Sustentável para Macrozona oito deve contemplar incentivo à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental, com vistas à fixação das populações rurais, ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo e à qualificação das áreas habitacionais.

Ainda, no Art. 29, segundo a Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre, referente à Macrozona oito, chamada de Cidade Rururbana, é caracterizada como área de predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo no rural, uso residencial e setor primário. E quanto à ocupação rarefeita, o Art. 27 define que no rural área de Ocupação Rarefeita (AOR) é caracterizada por baixa densificação, onde deverá ser dada predominância à proteção da flora, da fauna e demais elementos naturais, admitindo-se, para sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária. A seguir, segue quadro de comparativos de dados da quantidade de habitantes por hectare (ha) relacionado à porcentagem ocupada na Macrozona oito:

Macrozonas		Den. Bruta (hab/ha)	Taxa de Ocupação
8	8	128	66,60%
	8	128	66,60%
	8	0	0
	8	128	75%

Quadro 1 - Divisão territorial e zoneamento de usos, conforme o PDDUA (IPH-UFRGS)



pddua plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL
Macrozonas out 97

Figura 2: Mapa de Macrozonas do PDDUA

Segundo caracterizações da Secretaria do Planejamento Municipal Porto Alegre (SPM) foi organizada uma estratégia de ação para desenvolver estudos e definir diretrizes. O intuito é o de propor medidas político-administrativas que potencializem as características de ocupação rarefeitas do território, especialmente no que se refere à:

- conservação do ambiente natural;
- mitigação dos impactos da ocupação habitacional irregular;
- indicação de ações estratégicas que promovam o desenvolvimento sustentável;
- elaboração de um Plano Estratégico, um conjunto de diretrizes, ações, projetos, políticas, para o enfrentamento das questões identificadas na análise, baseado na projeção futura, visando ao desenvolvimento do território a partir da manutenção de suas principais características.

O zoneamento ambiental é um instrumento jurídico de ordenação do uso e ocupação do solo. Tendo como propósito classificar o território em zonas de uso, atividades permitidas, não permitidas, conflitantes, de acordo com a capacidade de suporte dos ecossistemas e do interesse econômico.

A seguir seguem as imagens do plano de análise dessa secretaria.

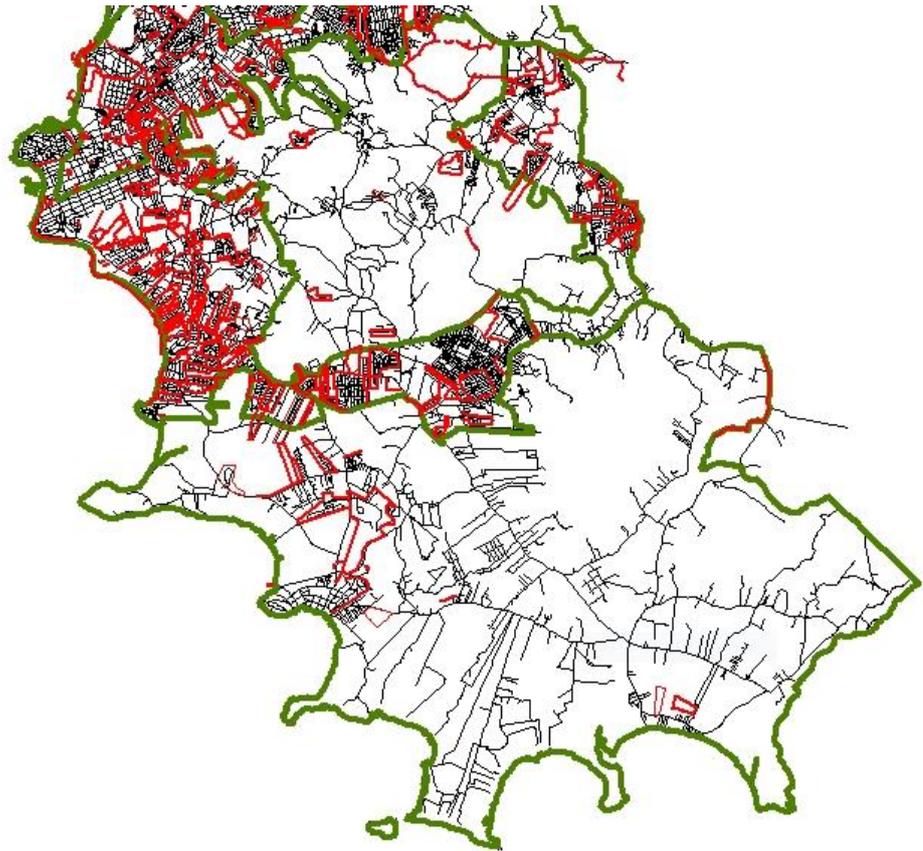


Figura 3: Área vermelha indica maior ocupação.

Fonte: SPM/PMPA, 2010.

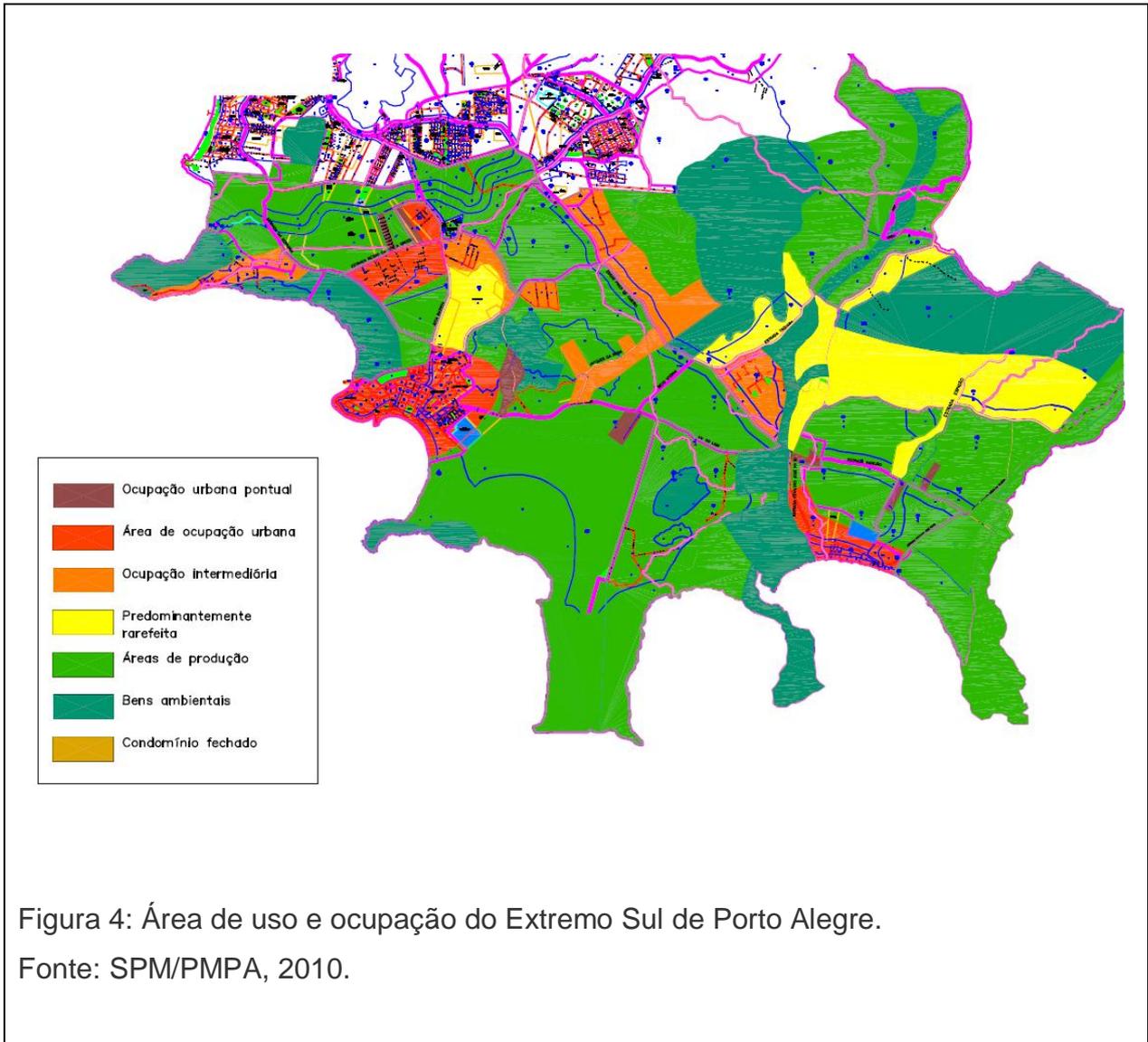


Figura 4: Área de uso e ocupação do Extremo Sul de Porto Alegre.

Fonte: SPM/PMPA, 2010.

1. Referencial Teórico

A fenomenologia é compreendida como o processo de conhecimento científico, ou seja, a formação da consciência é o fenômeno ao qual explica as relações de pertencimento do indivíduo com o lugar. Dessa forma, é possível visualizar um tripé: sujeito . objeto . método. Segundo Cattaneo,

a busca da verdade científica abre-se para a dimensão mais subjetiva, orientando para caminhos menos absolutos e respostas mais relativas, pois a verdade está em quem lê e observa o objeto, portanto, o sujeito. Análises considerando a percepção, a cognição, a representação, o imaginário e outros conceitos e categorias oriundos da psicologia e adaptados à metodologia científica. Abordagem aberta ao simbólico, diferentemente da tendência materialista da ciência clássica: a idéia, à concepção mais intimista e subjetiva, enfim, mais vinculada ao humano (2004).

Na fenomenologia o ambiente é o entorno, aquilo que circunda o homem, o qual pode percebê-lo e representá-lo de várias maneiras, de acordo com a consciência presente em sua internalidade. Surgem conceitos de percepção ou do lugar, visto que esse conceito é carregado desta subjetividade e simbolismos presentes neste método.

Na fenomenologia os fatos são explicados a partir da percepção do indivíduo, ou seja, não há uma verdade absoluta. A explicação dos fatos é feita a partir das experiências vividas do indivíduo com o meio, estabelecendo relação com a antropologia. Segundo Merleau-Ponty (in Richter, 2008) a orientação para o irrefletido, assim como a articulação com a existência está no sujeito, o qual encontrará a unidade da fenomenologia e seu verdadeiro sentido. Diz que a fenomenologia visa a descrever as coisas e não se detém na explicação ou análise como uma realidade única. Diz ainda que a articulação da filosofia depende a existência concreta, ou seja, o estudo das essências é recordado pela filosofia na existência das relações do sujeito com o objeto.

Compreende-se o mundo e o homem a partir da sua facticidade, ou seja, a fenomenologia toma como ponto de partida o fenômeno do comportamento e nele criar a percepção como o primeiro contato com o mundo, é também uma resenha do espaço, de tempo, do mundo %ivido+(Cattaneo, 2004).

É possível observar diferentes territorialidades devido aos diferentes interesses humanos, e conseqüentemente criam-se diferentes territórios. O território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir. E os indivíduos que exercem controle não precisam estar dentro do território, e da mesma forma, não precisam estar próximos dele. A definição aponta que a Territorialidade estabelece um controle sobre uma área, como um meio de controlar as coisas e as relações (Sack, 1986).

Segundo Sack,

a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada: o território (1986).

A Territorialidade é uma estratégia para se estabelecer diferentes graus de acesso às pessoas, coisas e relações. Sua alternativa é sempre uma ação não-territorial. E a ação não-territorial é usada em qualquer caso para sustentá-la (Sack, 1986).

1.1 Representações sociais

Serge Moscovici (in Reigota, 2007) resgatou o conceito de representações coletivas (RC), inicialmente proposto por Émile Durkheim (in Reigota, 2007) e, de alguma forma, esquecido por seus contemporâneos. É possível sintetizar as representações coletivas em três pontos fundamentais:

1) as representações sociais;

2) essas representações não eram as mesmas para todos os membros da sociedade, pois dependiam tanto do conhecimento de senso comum (ou popular), como do contexto sociocultural em que os indivíduos estavam inseridos;

3) no caso de novas situações ou diante de novos objetos cria-se o conceito de ancoragem associado ao de objetivação, processo pelo qual indivíduos ou grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar.

Dessa forma, é possível compreender como a produção de conhecimentos plurais constitui e reforça a identidade dos grupos, como influi em suas práticas e como estas reconstituem seu pensamento. Moscovici (in Reigota, 2007) trabalhou pelo reconhecimento de processos de mudança social levemente autônomos do sistema social e mais dependentes das ações de indivíduos e grupos (mesmo minoritários) e de suas situações sociais.

Moscovici (in Reigota, 2007) situa na base da mentalidade humana o ambiente natural da sociedade e as representações (individuais e coletivas) em seu contexto histórico. Ele afirma que, embora sociais e historicamente localizáveis, as representações individuais e coletivas podem guardar um sentido geral que ultrapassa a sociedade que as viu nascer. Este sentido atende pelo nome conceitual de *themata*, ou seja, a substituição do termo *coletivas* por *sociais* marca, assim, a original diferença estabelecida em relação a Durkheim (in Reigota, 2007).

A solução sugerida por Moscovici (in Reigota, 2007) para o problema, ao afirmar que representar é um processo de produção de conhecimento que funciona como que *colando* por sobre estruturas sociais e cognitivas locais (e populares), sendo, portanto, sociovariável. as representações seriam da natureza mesma dos grupos sociais que as criam, e sua eficácia . tanto prática como simbólica . dependeria dessa inserção, e não poderia jamais ter um sentido universal. Com este argumento, demonstrou que as representações não derivam de uma única sociedade, ultrapassando-a, como insistiu Durkheim (in Reigota, 2007), mas das diversas sociedades que existem no interior da sociedade maior, e, portanto, não podem ultrapassá-la.

1.2 Educação Ambiental

Parte-se do princípio de que a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como é conhecida, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Segundo Reigota (1987), não há a necessidade de mudanças na prática pedagógica, mas sim, de uma educação que visa não somente a utilização racional dos recursos naturais, mas basicamente a

participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

A partir dessa perspectiva é possível considerar que a educação ambiental deve procurar estabelecer uma "nova aliança" entre a humanidade e a natureza. Por sua vez, essa nova relação não deve ser sinônimo de autodestruição, e ao mesmo tempo, deve estipular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Para isso, é necessário estar embasada no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional.

A educação ambiental tem sido realizada a partir da concepção de ambiente. Sendo assim, seus conceitos científicos compreendem: nicho ecológico, habitat, fotossíntese, ecossistema, etc, os quais são definidos e utilizados na comunidade científica internacional. As representações sociais estão relacionadas às pessoas atuantes fora da comunidade científica, mas também poderiam estar aí presentes.

Segundo Reigota (1987), nas representações sociais pode-se encontrar os conceitos científicos da forma que foram aprendidos e internalizados pelas pessoas.

Moscovici (in Reigota, 2007) diz que uma representação social é o senso comum que se tem sobre determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias, e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas.

Segundo Pierre George (in Reigota, 2007) o meio ambiente é ao mesmo tempo uma realidade científica, um tema de agitação, o objeto de um grande medo, uma diversão, uma especulação. A noção de meio ambiente engloba, ao mesmo tempo, o meio cósmico, geográfico, físico e meio social, com suas instituições, sua cultura, seus valores. Esse conjunto constitui um sistema de forças que exerce sobre o indivíduo e nas quais ele reage de forma particular, segundo os seus interesses e suas capacidades. Dessa forma, Reigota (1987) considera a noção de ambiente uma representação social. Diz que o início das atividades da educação ambiental deva ser a identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo.

Define ambiente como:

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (Reigota, 1987).

Está implícito que esse conceito é um espaço determinado no tempo, pois, delimita fronteiras e momentos. E também percebido, pois, cada pessoa o delimita em função das suas representações, conhecimento e experiências do cotidiano nesse mesmo tempo e espaço. As relações dinâmicas e interativas revelam a constante transformação como resultado das relações entre os grupos sociais e o meio natural construído. Nesse contexto, o homem também sofre alterações no seu processo criativo interno e externo. Assim, para Reigota:

As transformações internas e externas caracterizam a história social e a história individual onde se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição, a exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo (1987).

Segundo Garcia (in Reigota, 2007), colaborador de Piaget, observa que:

A problemática ambiental traça questões derivadas do caráter complexo dos sistemas ambientais. Os sistemas complexos possuem uma dupla característica: estar integrados por elementos heterogêneos, em permanente integração, e abertos, isto é, submetidos como totalidade.

A compreensão das diferentes representações deve ser a base da busca de negociação e solução dos problemas ambientais, e não apenas saber quantitativamente, mas qualitativamente as questões de estudo de um grupo e onde pretende atuar.

A educação ambiental, nessa proposta, quer apenas conhecer e definir seus próprios limites. Dessa forma pensada, questiona as tendências contemporâneas, baseadas na transmissão de conteúdos científicos (originadas na ciência clássica e positivista); nos métodos ditos modernos e sem reflexão crítica, nos meios tecnológicos (do computador ao vídeo); no

populismo cultural que considera sempre válido todo conhecimento originado nas camadas sociais mais pobres.

1.3 Atores e conflitos ambientais

As políticas urbanas vêm, aos poucos, ganhando espaço na abordagem dos problemas urbanos, enfocados sob a ótica do meio ambiente pode gerar uma nova organização a ser contemplada no planejamento e na gestão das cidades. É destacado o fato de que os mesmos não atingem igualmente a todas as camadas sociais. Esta maneira conservadora de abordar os problemas, em especial por parte dos meios de comunicação, acaba obscurecendo a acelerada devastação ambiental urbana, o que vem colocando as metrópoles do dito Terceiro Mundo em situação ambiental crítica.

Ao ritmo desordenado e acelerado do crescimento urbano e à proliferação de moradias precárias e assentamentos em áreas de risco, associam-se a expansão crescente de resíduos depositados no solo e na água. Dessa forma, são citados, dentre outros, a urbanização desenfreada e a concentração demográfica, o processo de especulação imobiliária e a concentração de renda e poder.

Pacheco (et alli, 1992) salientam que todas as regiões metropolitanas brasileiras constituem áreas críticas de poluição e degradação ambiental. O enfoque abordado pelos autores é privilegiar tanto o intermédio de interesses que envolvem atores plurais quanto às transformações das relações nas esferas pública e privada, em contexto de crise do Estado. É destacado que a questão ambiental redefine a noção de espaço público e a de interesse privado.

Sob tal ótica, os problemas ambientais devem ser vistos não apenas enquanto desastres possíveis, mas, sobretudo, pelo critério da conflitualidade entre os atores, isto é, trata-se de privilegiar os conflitos em torno da questão ambiental, nas relações entre indivíduos e grupos, o que não necessariamente coincide com a problemática ecológica ~~em si~~.

O desafio teórico está em conseguir transformar essa sensibilidade frente aos problemas ambientais em uma nova problemática com enfoque na análise concomitante dos processos estruturais e interesses difusos e

individualizados. É sugerido por Pacheco (et alli, 1992) que o enfoque da questão ambiental urbana deva distinguir os diferentes atores e interesses envolvidos e os espaços de negociação entre eles. Nesse contexto também está envolvida uma arena de conflito de interesses e outra de compatibilidades e possíveis pactos. Ação (dos agentes envolvidos), determinação (dos processos estruturais) e mediações (políticas e culturais) devem atrair olhares do analista.

A análise das questões ambientais urbanas, sugerida por Pacheco (et alli, 1992), deve atender aos múltiplos atores e conflitos, os quais vão além dos setores da organização da sociedade civil, mas também na esfera governamental. Assim, é possível citar os seguintes contratempos:

- conflitos de competência entre esferas de governo;
- conflitos entre diferentes órgãos burocráticos;
- conflitos entre níveis burocráticos;
- conflitos entre diversos grupos sociais;
- conflitos em torno da definição ou ~~na~~ ^{da} criação de novos arranjos

institucionais para formulação e gestão de políticas públicas para o setor.

Segundo Pacheco (et alli, 1992), as disputas dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) em torno da centralização versus descentralização vêm sendo recolocadas em torno dos problemas ambientais urbanos. O novo quadro constitucional, a partir de 1988, ao adotar a competência concorrente para o meio ambiente, contribuiu para alterar as relações entre esferas de governo.

O gerenciamento de recursos hídricos, por exemplo, tem sido um campo de conflitos quanto às competências governamentais. Reagindo à forte centralização das políticas levada a cabo nas duas últimas décadas, os municípios ressentem-se de falta de poder decisório sobre questões relativas à água e saneamento, e buscam se aglutinar na forma de consórcios intermunicipais. O reconhecimento da existência destes consórcios, por parte dos governos estadual e federal, implica em mudanças profundas no processo decisório, bem como nas rotinas já internalizadas na máquina administrativa que eram compatíveis com o padrão centralizado até então vigente.

No entanto, os interesses dos diversos grupos sociais não são coincidentes. Muitas vezes há clivagens de interesse, que não se limitam

àquelas que tensionam produtores versus consumidores. Entre produtores, muitas vezes, os interesses são conflitantes . por exemplo, entre grandes agricultores e indústrias que dependem de grande volume de água para o processo de produção. Também os consumidores strictu sensu . os habitantes de uma cidade . divergem entre si em torno de aspectos específicos do problema ambiental: como exemplo, pode-se citar a oposição entre ambientalistas e grupos populares envolvidos em movimentos por moradia, em áreas de proteção a mananciais.

Da superposição destes vários tipos de conflitos, configura-se uma dinâmica oscilante no jogo de interesses. Com relação aos atores públicos, ora predomina a relação clientelista tradicional, através de negociações individualizadas, ora prevalece a atuação colegiada. Os grupos sociais organizados passam de iniciativas para aumentar a responsabilidade coletiva pela gestão, à defesa de interesses particulares ou a postura defensiva contra a internacionalização dos custos ambientais.

No momento atual, quando se buscam novos arranjos institucionais para a gestão dos problemas ambientais, e portanto, para a mediação de interesses, estes conflitos tendem a se expressar de maneira intensa, provocando alianças e/ou oposições inesperadas. Novos agentes sociais passam a ter papel de relevo nas discussões e propostas alternativas. A renovação dos processos de tomada de decisão torna-se fundamental para a eficácia do gerenciamento ambiental. A construção de articulações inovadoras entre as esferas pública e privada, via novos formatos institucionais de gestão, é o principal desafio colocado pela óptica ambiental.

Os múltiplos atores envolvidos vão, no processo, descobrindo que precisam saber interagir e negociar com agentes que possuem diferentes posições sociais que regulam, fiscalizam e consomem os recursos naturais. A qualidade da análise residirá, portanto, na capacidade de apreensão deste jogo multifacetado, na flexibilidade teórico-metodológica a recorrer, enfim, em uma nova sensibilidade face aos problemas urbanos que não obscureça . nem tampouco retifique . as determinações estruturais, mas sim as torne visíveis a partir da leitura das relações que se tecem entre os vários atores sociais.

Para tanto, é necessário que o analista esteja atento para a especificidade da problemática urbana. O caráter cotidiano dos problemas

tente a esconder a gravidade da degradação, banalizando-a. Este aspecto impõe a necessidade de desconstruir tal banalização, reconstruindo em seguida os processos substantivos. Por outro lado, a análise das disputas de grupos sociais por recursos escassos em meio urbano, situando tais disputas dentro da dinâmica econômica e social das cidades, pode revelar o caráter falso da oposição homem versus natureza, que tende a mistificar o debate ambiental.

1.4 As diferentes territorialidades

Touraine, descrito nos trabalhos de Eduardo Viola e de seus colaboradores (Viola, 1987; Viola e Leis 1995, 1995a, 1997), propõe a contagiar de forma gradual o ambientalismo por setores da sociedade e do estado . o %ambientalismo multissetorial+. Numa perspectiva cognitiva, esse conceito surge como espécie de %idéia-força+, cuja difusão dependeria do empenho de um grupo especial de atores na conscientização dos demais. O ambientalismo ganha status de movimento social especial (Viola, 1987), surgindo da sociedade civil organizada para esclarecer e corrigir tanto a política estatal quanto a economia.

Segundo os autores, partindo da progressiva %ambientalização+ da sociedade e do estado, serão constituídos três estágios decisivos:

- 1) a institucionalização do ambientalismo: em ongs, na sociedade civil, e em empresas estatais conservacionistas, como o Ibama.
- 2) o aumento do número de %setores+ ou %atores+ ambientalizados: instituições de pesquisa ambiental, empresários sustentabilistas e a constituição do %socioambientalismo+, movimentos sociais e sindicatos que teriam incorporado as bandeiras ambientalistas à sua pauta social. Esta expansão gradual do ambientalismo para o conjunto da sociedade e do Estado configuraria a fase %multissetorial+.
- 3) consolidação do multissetorialismo, significando a convergência dos atores em torno de ideais de sustentabilidade.

2. Procedimentos Metodológicos

2.1 Saídas de campo

A importância do contato direto, tanto com a área quanto com entrevistas agregou diferentes experiências à percepção do contexto e no desenvolvimento do trabalho. A aplicação de entrevistas durante as saídas de campo proporcionou construir a comparação das diferentes percepções dos atores envolvidos. A partir desse momento é possível estabelecer relações entre os diferentes atores tendo em vista que todos possuem o Morro São Pedro em comum.

As saídas de campo foram realizadas em cinco etapas. A primeira foi de reconhecimento da área de estudos através do auxílio de um dos entrevistados que possui uma propriedade no Morro. A visitação foi feita através de uma trilha na face do morro no Bairro Lami. A segunda foi de reconhecimento aéreo da área de estudos através do auxílio da Brigada Militar de Porto Alegre, órgão que disponibilizou avião, piloto e máquina fotográfica digital para a realização desse trabalho. A terceira etapa foi o contato direto com a comunidade entrevistada nos bairros Lami, Lageado e Restinga. Houve a visitação nas moradias de pessoas representativas para a localidade, por serem moradores antigos, líderes comunitários e proprietários de terras. A quarta etapa foi a conversa com o técnico da SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente . Porto Alegre), o qual colocou a realidade atual do processo de implementação do Programa Sócio-ambiental (PISA). A quinta etapa foi o contato com o atual vereador e ex-diretor do DEMHAB, o qual pode relatar experiências junto à fase de regularização de moradias junto ao Arroio Cavalhada, atividade que está relacionada a uma das etapas de desenvolvimento do PISA. Com todos foi realizada entrevista dialogada.

2.2 Entrevistas

Os conceitos abordados neste trabalho referem-se à percepção dos atores envolvidos na problemática no Morro São Pedro. Baseando-se na fenomenologia e território, buscou-se explorar o sentimento de pertencimento,

tanto dos moradores do entorno quanto dos técnicos ou figuras políticas envolvidas.

O corpo técnico e políticos envolvidos foram entrevistados por alguns questionamentos diferentes em relação ao morador do entorno, tendo em vista que esses não residem nas proximidades da área de estudos.

A entrevista deu-se através de uma conversa seguida por um roteiro de nove perguntas, as quais constam no anexo deste trabalho. Foram entrevistados um total de vinte pessoas, caracterizando a amostragem pela composição de moradores, técnicos da SMAM e vereadores (os quais são intitulados ao longo do trabalho como Poder Público). As perguntas foram conduzidas de forma a observar a percepção do entrevistado frente a sua relação com o lugar, o tempo de residência, se tinham conhecimento da criação do parque, o que acham da criação desse tipo de unidade, quais dificuldades enfrentadas hoje e após a criação do parque. Aos técnicos da SMAM e aos vereadores algumas perguntas foram direcionadas ao Programa Socioambiental no intuito de tomar o panorama político da situação em termos de execução do projeto e se de fato está acontecendo o processo de gestão nesta ação.

O objetivo foi o de elaborar perguntas de forma que o entrevistado não respondesse somente sim ou não, e sim que interagisse com a situação do Morro São Pedro. Fazê-lo compreender através dessa conversa que está inserido num contexto maior, e que, portanto, necessita exercer seu papel de morador e cidadão no processo.

Mas afinal qual o papel desse morador, desse proprietário e desse técnico ou político?

Talvez o de tentar fazê-los perceber que a questão do Morro deva ser solucionada através de diálogo e entendimento entre as partes envolvidas.

Somado a isso, perceber que formar uma rede de estratégias articuladas nesse momento é fundamental, tendo em vista que o Programa Socioambiental ainda não está completamente executado e que ainda há tempo de tomar conhecimento da situação e organizar a comunidade em geral, e não só moradores locais.

A colaboração desses atores sociais para a amostragem da pesquisa foi de fundamental importância para a compreensão do processo e do panorama

atual da realidade local e política frente ao conjunto de ações. Os moradores demonstram profunda preocupação quanto a assuntos comuns, como a insegurança, a falta de assistência aos problemas locais, a vasta quantidade de terras desprotegidas e %a mercê da sorte+já que em muitas situações se vêem sozinhos e impotentes. Já outros moradores demonstram boa disposição, mas atualmente sem movimentação, articulação na comunidade, o que poderá ser de grande valor no momento da formação de consciência coletiva para reativar essas relações.

E quanto ao poder público, verificou-se a ação desarticulada do processo de planejamento e gestão junto à comunidade, além de ser identificado junto à SMAM que o processo esteve sem efetivos encaminhamentos no período de 2004 a 2010.

3. Resultados

3.1 Secretaria Municipal do Meio Ambiente Ë SMAM

Realizada aos quinze dias do mês de outubro do corrente ano reunião nas dependências dessa secretaria para debate da atual situação do processo de criação UC no Morro São Pedro. Estiveram presentes nessa reunião os técnicos responsáveis junto a SMAM, profissionais envolvidos, através de trabalhos acadêmicos, na causa do Morro e proprietário de terra e, ao mesmo tempo, coordenador da ONG Econsciência.

A abordagem feita, inicialmente pelos técnicos foi o redesenho da UC. Essa nova proposta apresenta a redução da área de criação da unidade, nos quais a maior parte compreende a Área de Preservação de topo de morro (APP). Essa proposta prevê uma forma imediata de solucionar os atuais conflitos de indefinições perante os moradores e o PISA e ainda reduzir possíveis conflitos no momento de implementação da unidade.

A Secretaria do Planejamento Municipal, com base no PDDUA, reconhece os distintos contextos, moradores que necessitam ser indenizados e outros realocados, e o poder público com verba esgotada para tais demandas, mas entende que no PDDUA a cidade consolidada, que nos dias atuais apresenta uma tipologia informal, requer um olhar mais detalhado. Por exemplo, a Lomba do Pinheiro. No plano diretor local buscou a sustentabilidade da região.

Ainda, a SPM entende que a permanência da produção primária, caracterizada por atividade rural, estimula equacionar a biodiversidade, produção rural e turismo local. Ao criar uma UC é necessário medidas de precaução com relação à regularização fundiária. Por isso, é sugerido pela SMAM que, antes da criação da UC, seja criado o gravame APAN do tipo Parque Natural, conforme descrito no PDDUA. O Morro São Pedro atualmente já é APAN, porém este gravame não assegura a preservação da área. Existe um processo no qual está sendo estudada a modificação do gravame, mas não foi definida a área que será demarcada e o impasse permanece desde 2001.

Dentre as opções de categorias determinadas pelo SNUC, a SMAM, até o momento, está analisando as categorias Parque Natural e Refúgio da Vida Silvestre. A diferença entre Parque Natural ou Refúgio de Vida Silvestre dá-se

na necessidade de desapropriação, ou seja, sendo Parque Natural essa ação é exigida nos trâmites da lei. Já o Refúgio de Vida Silvestre aos proprietários manterem-se como donos da área, desde que o uso seja compatível com os objetivos da preservação.

Outra questão é o grupo de indígenas, o qual vive nas proximidades da área do Morro São Pedro, na localidade Lomba do Pinheiro, o qual reivindica a continuidade do uso da área, com coleta de materiais para confecção de seu artesanato. Esse grupo é analisado por alguns pesquisadores do PGDR (Pós Graduação em Desenvolvimento Rural). Sendo assim, conforme o SNUC, a categoria Unidade de Proteção Integral não atende a essa demanda.

Aos doze dias do mês de outubro aconteceu o seminário, quando foram expostas as falas da SMAM, SPM, Econsciência e pesquisadores com trabalhos acadêmicos já concluídos ou em andamento. Nesse dia os diferentes estudos apresentavam os motivos pelos quais se deveria criar a UC a partir de dados técnico-científicos. Com clareza pôde-se perceber a limitação por parte do poder público (secretarias municipais) de um encaixe no PDDUA de uma UC que atendesse a todas as necessidades da realidade local. Sendo assim, conclui-se o seminário com a proposta de continuidade da discussão, sem alcançar consenso.

Há cerca de duas semanas, houve uma nova explanação na SMAM do trabalho de um biólogo, o qual defendeu seu mestrado na área, abordando a presença de populações de bugio, em maioria no Morro São Pedro, mas também em diferentes localidades da cidade. De posse desses dados, defende a idéia da criação de corredores ecológicos para a permanência das mesmas.

De acordo com a Lei nº2.892, de 1992, as Unidades de Conservação são: espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção. (KURTZ, 2000).

De acordo com SNUC as Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas, merecendo destaque a primeira:

- ❖ Unidades de Proteção Integral
- ❖ Unidades de Uso Sustentável

Unidades De Proteção Integral

O objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. Inclui-se dentro desta categoria:

- ❖ Estações Ecológicas;
- ❖ Reservas Biológicas;
- ❖ Parques Nacionais;
- ❖ Monumentos Naturais;
- ❖ Refúgios de Vida Silvestre.

3.2 Moradores dos Bairros Lageado, Lami, Lomba do Pinheiro, Restinga e Poder Público

O resultado da fala dos entrevistados quanto às principais razões para morar nesse local foram pela segurança, tranquilidade, qualidade de vida, identidade com o lugar, realização pessoal nos Bairros Lageado e Lomba do Pinheiro; e lugar com menos violência e espírito comunitário no Bairro Restinga. Quanto à importância do Morro para a cidade, o Poder público respondeu devido a concentração de bugios na área, a presença de campos, matas nativas e nascentes de importantes arroios do município.

Quanto às deficiências locais, os Bairros Lageado e Lomba do Pinheiro relatam a falta de asfalto, ônibus, escola e presença de poeira, impedimento para extração de saibro, infiltração de esgoto no pátio, falta de segurança pública, falta de incentivo para produção primária. Já o Bairro Restinga, a falta de áreas de lazer com infra-estrutura e o aumento no consumo de drogas. O Poder Público relata a preocupação com a falta de segurança, delimitação das propriedades e do parque e invasões.

Todos os entrevistados foram questionados quanto ao conhecimento da criação da UC. Os Bairros Lageado, Lomba do Pinheiro e Restinga responderam que sim, têm conhecimento.

Quanto à proposta do socioambiental, o Poder Público considera de grande importância, urgente e que deve ser realizado dentro dos parâmetros de conservação.

Quanto à proposta de criação da UC, os Bairros Lageado, Lomba do Pinheiro e Restinga responderam que deveria acontecer apenas no topo do morro para que não houvesse perda do acesso, poderá haver perda do controle de acessos sobre sua propriedade, mas manterá a boa preservação.

Quanto à sua relação com a área da UC a ser criada, os Bairros Lageado e Lomba do Pinheiro relataram a criação de avestruz, utilização da água para abastecimento, plantio, é área de pesquisa e há mobilização de movimentos preservacionistas. Já o Bairro Restinga em alguns pontos desconhece a área, utilizam para colheita de mudas de planta ou para lazer (*rally*). Enquanto que o Poder Público, considerando o indivíduo entrevistado, diz que possui pouca relação.

E após a criação da UC, pretende freqüentá-lo(a)? Nos Bairros Lageado e Lomba do Pinheiro dizem que não por ser área de preservação para estudo ou por insatisfação pela criação do parque. Outros dizem que sim para poder auxiliar na gestão e/ou conforme a finalidade da sua criação. Já o Bairro Restinga relata que sim, pela presença de cachoeira. E o Poder Público diz que sim pela importância, beleza e a presença da natureza.

Quanto aos possíveis problemas que poderão surgir após a criação da UC, o que pode ser destacado? Os Bairros Lageado e Lomba do Pinheiro relatam poder haver aumento da insegurança devido à maior circulação de pessoas, imaginam que o parque será cercado, o processo de implementação e a manutenção da sede poderão gerar conflitos. Já o Bairro Restinga também comenta do possível aumento na insegurança, mas destaca que o poder público não deve negar o recurso à comunidade local. O Poder Público destaca a necessidade de haver maior efetivo local e acredita que não haverá conflito.

Pode-se perceber que haverá conflitos, tanto de ordem pública quanto na comunidade local. É possível destacar no sentimento dos entrevistados certa preocupação quanto às situações de ordem prática e extremamente conflitiva,

são elas: implementação e gestão da UC, a definição do tipo de UC, a delimitação da UC e o confronto do SNUC frente as necessidades locais.

3.3 Matriz de conflitos

Segundo Gilberto Maringoni, doutor em História Social, para definir os atores sociais de uma empreitada dessa natureza, é preciso apontar o que se quer e onde se deseja chegar. A estratégia de transformação conformará a frente de interesses e de interessados, deixando claro quais os beneficiados e quais os prejudicados com o processo.

Entende-se por empreitada a problemática em questão, neste caso, o processo de criação da UC frente aos interesses da comunidade local e do poder público. Partindo dessa perspectiva, no cenário da situação configuram-se os seguintes atores sociais: Gestão Municipal, moradores, organizações sociais e comunidade indígena. A seguir, segue a tabela dos atores com seus conflitos e reivindicações.

Atores Sociais		Causas dos conflitos	Reivindicações
Gestão Municipal: PDDUA / PISA / Poder Público	- Governo Estadual (FEPAM) - Órgãos Públicos ligados ao Meio Ambiente	Falta de recurso para implementação: desapropriação, aquisição de equipamentos e terras, contratação de funcionários,	Redefinição da área da UC visando redução de custos e conflitos.
Moradores	- Permanentes - Segunda residência	Insegurança, descaso do poder público, perda de bens e da vegetação.	Efetivo público permanente e melhorias de infra-estrutura.
Organizações: ONGs / Trabalhos Acadêmico- Científicos	- ONGs - Pesquisadores	Falta de verba para desenvolvimento de projetos e descaso do poder público.	Efetivo público permanente e disponibilidade de verba.
Comunidades Indígenas	Guaranys	Possibilidade da perda do acesso ao Morro para coleta.	Continuar com o acesso para coleta.
Usuários	Freqüentadores	Finalidade de lazer, geração de lixo, rally, acesso às propriedades.	Ter o acesso.

Quadro 2: Matriz de Conflitos

Fonte: A autora, 2010.

A pesquisa deu-se a partir da identificação das diferentes percepções dos atores envolvidos, na tentativa de compreender as causas dos conflitos. E, como resultado, organizar os diferentes interesses através da construção da matriz.

Este trabalho teve por objetivo principal identificar as diferentes percepções ambientais dos moradores do entorno ao Morro com relação à criação do Parque São Pedro. Além disso, compreender a criação do Parque como medida compensatória do PISA, identificar os conflitos frente a criação da UC e elaborar a matriz desses conflitos.

Os moradores permanentes do entorno ao Morro apresentam diferentes opiniões e sentimentos tanto no que se refere à criação da UC como na sua relação de pertencimento à área. Os moradores residentes nas proximidades da face melhor preservada apóiam a idéia da criação da UC e demonstram grande sentimento de pertencimento à região. Acreditam que com a criação do Parque haverá maior segurança e organização quanto aos diferentes usos.

Outros moradores, também residentes na mesma área e com sentimento de pertencimento, acreditam que a criação do Parque poderá torná-los vulneráveis, já que a haverá maior visibilidade e circulação de pessoas estranhas à região. Há proprietários caracterizados como moradores que possuem segunda residência no Morro, ou seja, freqüentadores aos finais de semana. Esses também demonstram identidade com o lugar e preocupação com o futuro dos bens naturais preservados justamente pela tranquilidade e renovação pessoal que o contato com essa natureza propicia.

Os moradores permanentes, com residência distante da vegetação preservada do Morro, sentem a área como de lazer e um tanto violenta. A identidade desses com a área sugerida para a criação da UC é menor em relação ao restante, já que a percepção visual mais constante é a de casas e arruamentos, e não de natureza preservada.

Há moradores que desejam tornar sua propriedade RPPN. Defendem a idéia de que a forma como se relacionam com a área é fator que a mantém preservada. Caso isso seja modificado pode ser que não haja essa continuidade. Com esse intuito de preservação alguns desses moradores transformaram seu espaço particular e instituíram uma ONG. Nesse espaço acontecem ações de formação com o direcionamento de apresentar ao

visitante as belezas naturais bem preservadas, a importância de mantê-las, e ao mesmo tempo, tornar o local mais conhecido.

A comunidade indígena aqui considerada como grupo de freqüentadores/usuários tendo em vista que não residem na possível área destinada à criação da UC, mas sim, no Bairro Lomba do Pinheiro. Esse Bairro faz divisa com o município de Viamão. Nenhum integrante desse grupo foi entrevistado, mas foi possível compreender sua ação relacionada ao Morro no seminário promovido pela SMAM. Sentem-se integrados ao Morro. Utilizam o espaço para circulação e coleta de materiais para a confecção de seu artesanato. Sua fala é a necessidade de manter esse acesso mesmo após a criação da UC.

A fala dos pesquisadores, alguns deles com propriedade na região, é a de que a área é muito rica em termos de biodiversidade. Por esse motivo caracteriza-se por ser o elo de ligação entre as espécies presentes na região e onde localizam-se bacias hidrográficas, merecendo destaque as nascentes dos Arroios Salso e Lami.

A percepção dos técnicos da prefeitura e dos vereadores entrevistados é de entendimento da importância da criação da UC para manter-se preservada a área, já que nela estão abrigados remanescentes naturais, há grande biodiversidade e a presença das nascentes. Percebem a necessidade da criação da UC para haver organização na solução das demandas locais. Acreditam que essa ação contribuirá para a redução dos conflitos.

Quanto à Gestão Municipal houve um processo de ações, as quais configuram o contexto atual. O surgimento da hipótese de ser criada uma UC no Morro São Pedro surgiu em 2001, através de um processo aberto junto à SMAM numa eventual demanda. Em 2003/2004 surge a proposta de licenciamento do PISA, e por exigência do SNUC de em casos de grandes empreendimentos com significativo impacto ambiental, se assim considerado pelo órgão ambiental competente, torna-se obrigatório ao empreendedor apoiar a implantação e manter a unidade de conservação do tipo Proteção Integral. A FEPAM então, expediu a LP ao empreendimento na condição de que fosse criada a UC de Proteção Integral na área das nascentes do Morro Salso e Lami. Essa área foi sugerida, e assim aceita, em Audiência Pública. Mas o desentendimento do Poder Público junto aos moradores deu-se em virtude de

alguns não aceitarem a desapropriação de suas terras. Sendo assim, conforme registros da SMAM, o processo retorna a CAM/SMAM e fica aguardando decisões políticas até este ano de 2010. Paralelo a isso, existe a Lei de Crimes Ambientais, referindo-se dos crimes contra a Administração Ambiental, no que tange ao não cumprimento legal ou contratual da obrigação do interesse ambiental, neste caso a criação da UC. Ainda, para novos investimentos do PISA no empreendimento está atrelado ao andamento legal das etapas estabelecidas no contrato. Analisando essas condicionantes, é possível perceber a retomada da continuidade do processo, depois de longos anos, devido às possíveis penalidades à que o Órgão Público está sujeito.

No SNUC, Lei 9985/2000, Art. 7, há a determinação de criação das seguintes categorias: Unidade de Proteção Integral e Uso Sustentável. Na primeira opção há as possibilidades de: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional (ou nos municípios: Parque Natural), Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Dentre essas categorias o enquadramento da situação do Morro São Pedro parece não poder ser definido por uma ou outra alternativa.

Como Estação Ecológica ou Reserva Biológica torna-se inviável tendo em vista a proibição de visitas para fins de lazer, podendo haver apenas visitas de estudos, com finalidade de pesquisa e/ou educação ambiental. Já as categorias Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre não exigem a desapropriação, o que também não soluciona a questão de moradias ou propriedades irregulares ou avançando no terço superior do morro, e é administrada pelo Poder Público.

E a opção Parque Nacional, ou também chamada, Parque Natural Municipal, seria a melhor opção até o momento, tendo em vista a natureza dos conflitos, essa pode ser a mais indicada. Mas, está havendo conversas entre SMAM, pesquisadores e comunidade local, devido aos diferentes usos do espaço na região, a possibilidade de ser utilizado o modelo Mosaico, o qual está instituído no SNUC, via Decreto 4340/2002, Art. 8. O Mosaico caracteriza-se por ser uma forma de gerenciamento de unidades, as quais compartilham animais e espécies. Mas, esse modelo não se encaixa perfeitamente nas definições do PDDUA.

O PDDUA determina, conforme realidade do Morro São Pedro, que seja feito gravame do tipo APAN Parque Natural. O gravame determina o uso da terra e é feito no conselho do PDDUA através de uma resolução. Fixar esse gravame é diferente de criar a UC, a qual pode ser gerada apenas por decreto ou conforme determinação do SNUC. Ainda, fixar o gravame impede os proprietários da liberdade de construção, ou seja, seria uma medida de barrar o uso. No Morro São Pedro já existe APP, ou seja, perante a lei a área já está preservada, podendo ser privada, com restrição de uso, mas servindo apenas de acesso ou sendo de uso público, conforme CONAMA.

Até o momento, é possível sugerir como mais uma alternativa na construção do encaminhamento das soluções, o relevamento das propriedades locais, os que possuem RPPN e sua localização e realizar o cruzamento dessas atualizações com os dados ambientais.

É possível perceber os diferentes interesses dos atores envolvidos e fruto disso os vários conflitos. Pode-se destacar que grande parte desses conflitos poderiam ser resolvidos caso o PDDUA se adequasse às normativas do SNUC. Tendo em vista que o SNUC é uma lei mais recente e parte dos diferentes usos possíveis para determinar as exigências, caberia ao PDDUA sofrer atualizações quanto a esses usos.

Frente à demanda da criação da UC no Morro os interesses seria de grande pertinência essa conversa entre as diferentes normativas as quais estão submetidas as ações do Poder Público. É perceptível a contribuição para o direcionamento dessa possibilidade o seminário promovido pela SMAM com a fala em especial dos pesquisadores, pois, os dados levantados relativos à área tem tornado-se argumento para os possíveis encaminhamentos futuros.

4. Referências bibliográficas

- É CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo x Espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S; CASTROGIOVANNI, A . C. (Org). *Turismo na Pós-Modernidade: (des)inquietações*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2003. p. 43 . 50.
- É CATTANEO, Dilermando. *Identidade Territorial em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- É Construindo a Lomba do Pinheiro. *Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2003.
- É CUNHA, Sandra B. & GUERRA, Antonio J. Teixeira (org.). Proteção da Biodiversidade: Estratégia Preservacionista e Estratégia Conservacionista. *A questão Ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- É DUARTE, M.M.; LIESENFELD, M.V.A. (coord). *Programa de Implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Morro São Pedro*. DMAE-IPH-FZB. Porto Alegre, 2003.
- É FUJIMOTO, Nina S. V. M. A urbanização brasileira e a qualidade ambiental in *Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre*.
- É GROSSER, Ângela. Percepção na qualidade ambiental: Praia do Lami, Porto Alegre/RS. In.: *Ambiente e Lugar no Urbano*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2000. Ambiente e Lugar no Urbano (2000).
- É GÜNTZEL, A.; et al. Avaliação dos Morros do Município de Porto Alegre/RS com base no uso do solo. Relatório Disciplina Estágio

- Integrado, ECAP79, Pós-graduação em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, 38p. il. (1994).
- É HAESBAERT, Rogério. MetrÓpole . um espaço síntese da modernidade. *TerrÓrios alternativos*. São Paulo, Ed. Contexto, 2002. p.: 89 - 90.
- É LINDMAN, C. A. M. 1906. A vegetação no rio Grande do Sul (Brasil Austral). Porto Alegre: Liv. Universal. 356p., il. MARTIN, E. V.; MEIRA, J. R. & OLIVEIRA, P. L. de. 1998. Avaliação dos morros com base no uso do solo. Pp. 83 *In: MENEGAT et. al. (coord). Atlas ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS. 228p.
- É MENEGAT, Rualdo, et.al. (cood). *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1988.
- É METROPLAN 1976. *Estudo de destinação do uso do solo rural na Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre:.. 212p.
- É MOHR, U.S. & ANGELIN, E. 1972. *Porto Alegre, preservação dos morros*. Porto Alegre, SMOV.
- É MOROZ, Cristina; CANIL, Kátia; ROSS, Jurandy. *Problemas Ambientais nas áreas de proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo*.
- É MÜLLER, R.; DIFENTHAELER, F.; FERNANDES, C.J. 2001. Proteção de áreas naturais, manutenção da biodiversidade e sua interface social e econômica. *In: Anais 1 Simpósio de Áreas Protegidas*. Pelotas, RS. v1, p.: 67-74.
- É NAIME, Roberto; GARCIA, Ana Cristina A. PrincÍpios de Educação Ambiental. A vida em equilíbrio. *Percepção ambiental e diretrizes para compreender a questão do ambiente*. Novo Hamburgo, RS. Ed. Feevale, 2004.

- É OLIVEIRA, Márcio. S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 19 N^o. 55.
- É OLIVEIRA, Gilson. *Desenvolvimento sustentável e a descentralização da gestão pública. Estudo de caso: Morro São Pedro* . POA/RS. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Trabalho de Graduação em Geografia, 2005.
- É OSÓRIO, Leticia Marques (org). *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Sergio Antônio Fabris Editor. Porto Alegre, 2002.
- É PACHECO, R. S.; LOUREIRO, M. R.; FINGERMAN, H.; KERR. H.; DOWELL, S. M. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano XII . 1992 . n. 35.
- É Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Lei Complementar 434/99.
- É Plano de Aquisições. Prefeitura Municipal de Porto Alegre . Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico . SMGAE . Unidade de Execução e Coordenação do PISA - UECP(Nov/2009).
- É PORTO ALEGRE SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL - GRUPO DE ESTUDOS DO AMBIENTE NATURAL. *Plano de preservação do ambiente natural de Porto Alegre: primeira fase, levantamento geral expedito*. Porto Alegre, 156p.
- É Programa Integrado Socioambiental de Porto Alegre. Porto Alegre, 2003. Trabalho, digital e impresso, em poder do autor.
- É RAMBO, B., S. J. 1956. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. 2.ed., Porto Alegre: Selbach, 456p.

- É REIGOTA, M. Meio Ambiente: representação social e prática pedagógica. *Meio Ambiente e representação social*. 7 ed. . São Paulo, Cortez, 2007.
- É Richter, Elenir Maria. *Percepção ambiental do Parque Urbano Integrado Elso Pilau, município de Giruá-RS*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- É SACK, Robert David. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge University Press, 1986. Livro traduzido, digital e impresso, em poder do autor.
- É SANTOS, Milton. A produção da globalização. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002. p.: 30; 34.
- É Sistema Nacional de Unidades de Conservação . SNUC. Texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Vetos da Presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2º edição ampliada.
- É SPOSITO, Eliseu S. Conceitos: Espaço (e tempo). *Geografia e Filosofia: contribuição para o pensamento geográfico*. São Paulo, Ed. Edusp, 2004. p.: 89-100.
- É TRIVIÑOS, Augusto N. S.; OYARZABAL, Graziela M.; ORTH, Miguel A.; GUTIÉRREZ, Suzana de S. (org.). *A Formação do Educador como pesquisador no Mercosul/Cone Sul*. P. 37 . 42. Ed. UFRGS, 2003.
- É WEIDMANN, Sonia Maria Pereira. Reserva Particular do Patrimônio Natural . RPPN . na Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação . SNUC. In *Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2001.

4.1 Leis e Decretos Legais

PDDUA

É LC 434/99 É PDDUA

Capítulo V - Estratégia da Promoção Econômica

Art. 20 . Inc III:

%Programa de Desenvolvimento Sustentável para Macrozona 8, que contemple, entre outras, ações e políticas de fomento à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental, com vistas à fixação das populações rurais, ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo e à qualificação das áreas habitacionais;+

Art. 29 Inc VIII:

%Macrozona 8 . Cidade Rururbana: área caracterizada pela predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo, uso residencial e setor primário.

Art. 27 § 2º:

%Área de Ocupação Rarefeita (AOR) é a área com características de baixa densificação, onde será dada predominância à proteção da flora, da fauna e demais elementos naturais, admitindo-se, para sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária.+

Artigo 30º da Constituição Federal 1988

Zoneamento Ambiental

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Unidade de Conservação Morro São Pedro

É **Lei 9. 985 de 2000- Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

É Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei

É § 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

É Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Nacional;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre.

É **Lei Federal : Resolução Nº10 do CONAMA (14/02/1988)**

Art. 1º - Áreas de Proteção Ambiental (APAs) . unidades de conservação, destinadas a protegerem e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.

Art. 2º - visando o cumprimento dos objetivos, as APAs terão sempre um zoneamento ecológico-econômico

Parágrafo único: o zoneamento acima referido estabelecerá normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras.

Art. 3º - qualquer que seja a situação dominal de uma área, a mesma poderá fazer parte de uma APA.

Parágrafo Primeiro: em relação às atividades antrópicas realizadas nas zonas especiais, a administração da APA terá sempre ação supletiva, para assegurar que os objetivos na LEI nº 6.902 de 27 de Abril de 1981, sejam mantidos.

PISA

É **LICENÇA PRÉVIA (LP) FEPAM**

Programa Integrado Socioambiental: LP Nº 31/2002-DL

09.13-Os recursos, em atendimento à Lei do SNUC, deverão ser investido na criação de uma Unidade de Conservação de proteção Integral na área onde estão localizadas as nascentes do arroio do salso, no morro do São Pedro;

É **Lei 9 605 de 1998. Lei de Crimes Ambientais**

Seção V

Dos Crimes contra a Administração Ambiental

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposos, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

4.2 Sites Consultados em 2009:

- É <<<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/default.htm>>>
- É <<http://www.bvnec.uerj.br/sist_naturais/popups/snuc.pdf>>
- É <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp>>
- É Código Florestal Brasileiro. <<<http://www.mma.gov.br>>>
- É Constituição Federal do Brasil . 1988. <<<http://www.mma.gov.br>>>
- É Resolução CONAMA. <<<http://www.mma.gov.br.html>>>
- É Restinga. Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre. <<:http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=67&p_seção=43.html>>.

5. Anexos

5.1 Entrevistas

5.1.1 Entrevista ao morador:

Data / /

I. Identificação:

Nome: _____

Endereço: _____ Bairro _____ Cidade _____

Tempo de residência atual _____

Sexo: F / M Idade: _____ Renda (em salários mínimos): _____

Escolaridade: _____

1. Cite três principais razões para morar nesse local:
2. Cite três deficiências desse local de moradia:
3. Você tem conhecimento da criação do Parque Morro São Pedro?
4. O que acha da criação do Parque Morro São Pedro?
5. Como você se relaciona com o lugar que será destinado ao Parque?
6. Após a criação do parque você pretende freqüentá-lo? Por quê?
7. Após a criação do parque você indicaria possíveis problemas para esse lugar? Quais?
8. Como você descreve esse lugar?

5.1.2 Entrevista ao poder público:

Data / /

I. Identificação:

Nome: _____

Instituição: _____

Tempo de envolvimento com o Programa Socioambiental:

Sexo: **F** / **M** Idade: _____ Renda (em salários mínimos):

Escolaridade:

1. Cite três motivos pelos quais considera a área do Morro São Pedro relevante para o município de Porto Alegre:
2. Cite três grandes deficiências dessa área:
3. O que acha da proposta do Programa Socioambiental para criação do Parque Morro São Pedro?
4. Qual é o seu envolvimento junto à proposta do Programa Socioambiental?
5. Como você se relaciona com o lugar que será destinado ao Parque?
6. Após a criação do parque você pretende freqüentá-lo? Por quê?
7. Após a criação do parque você indicaria possíveis problemas para esse lugar? Quais? Dê sugestões para a solução desses possíveis problemas.
8. Como você descreve esse lugar?
9. Como você visualiza as diferentes populações da localidade do morro?